

# Quércia acha decisão normal numa democracia

SÃO PAULO — A decisão da Comissão de Sistematização de reduzir para quatro anos o mandato do Presidente José Sarney foi recebida como "normal e natural dentro de uma democracia" pelo Governador Orestes Quércia.

Quércia não concordou com a tese e que a redução do mandato de cinco para quatro anos tenha se constituído num golpe. Lembrou que o Presidente Tancredo Neves dissera que gostaria de governar quatro anos e que a duração de seu mandato, assumido por Sarney, seria decidida pela Constituinte.

— Então, o que houve foi uma decisão normal, que já se esperava. Se todo mundo admitiu que se poderia mudar para cinco anos, também poderia mudar para quatro. Caso contrário, não se discutiria sequer o mandato de seis anos — afirmou.

O Governador argumentou ainda que as pesquisas de opinião pública também indicavam que a preferência da população era pelo mandato de quatro anos.

— O certo é que o que a Constituinte decidir terá de ser respeitado e vai ser respeitado por todo mundo, porque traduz o pensamento dos Deputados, que representam a maioria do povo brasileiro — disse.

Quércia destacou ser fundamental num regime democrático a existência dos partidos políticos. Acrescentou não acreditar na versão de que Sarney pretende agora governar sem os partidos políticos.

Contrário à convocação de eleições gerais para 1988, Quércia entende, porém, que elas poderão ocorrer "se a Constituinte assim o decidir".

O Governador disse ser grande o



Quércia aceita decisão, mas não quer eleições gerais

número de pessoas favoráveis às eleições gerais. No caso dos Governadores, lembrou ser essa a opinião do Governador do Paraná, Alvaro Dias. Por considerar legítimos os mandatos dos atuais Governadores e parlamentares, Quércia insistiu em sua opinião contrária às eleições gerais:

— O que estava em discussão na Constituinte era o mandato do presidente e não o dos parlamentares ou dos Governadores. Agora, só quem tem condições e poderes para definir essa questão é a Constituinte — disse, afastando a possibilidade de o Presidente convocar eleições gerais para 1988.

Reafirmando sua opinião favorável aos cinco anos para Sarney, Quércia admitiu, porém, reconhecer que, se o plenário mantiver a decisão por quatro anos, o País sairá lucrando.

— Assim, teremos eleições em 1988 e em 1990 e não mais em 1988, 1989 e 1990. Ou seja, em 1988, eleição presidencial e eleições municipais e, em 1990, para Governadores e parlamentares — explicou.

## Newton: 'Para nós, o ideal são 5 anos'

BELO HORIZONTE — O Governador Newton Cardoso está convencido de que o plenário da Constituinte modificará a decisão da Comissão de Sistematização sobre o sistema de governo, mas não tem a mesma certeza quanto à duração do mandato presidencial. Apesar de considerar o momento pouco propício para se convocar eleições diretas, não quis fazer uma previsão sobre o comportamento do plenário em relação ao mandato. Limitou-se a dizer que, "para nós, o ideal são cinco anos".

Newton Cardoso, que se encontra hoje com o Presidente José Sarney, adiantou que o Presidente não tomará nenhuma atitude drástica com relação aos constituintes que votaram pelos quatro anos:

— Ele me afirmou que não vai fazer nada de diferente. Ele vai fazer um apelo ao partido e às lideranças de outros partidos para tentar os cinco anos — disse.

O Governador insiste em que a eleição presidencial em 88 prejudica o País, "que vive uma crise econômico-financeira sem precedentes". No entanto, acha que o fato de Sarney ter enviado um ultimato aos constituintes, na semana passada, pesou contra os cinco anos:

— Não se conquista deputado com ameaça, mas com conversa, explicações e sensatez.

Na opinião de Newton, a redução do mandato do Presidente não afeta os Governos estaduais. Ele não vê, tampouco, uma derrota dos governadores com a aprovação dos quatro anos de mandato. Pessoalmente, se dá por satisfeito, pois os parlamentares do PMDB mineiro que seguem sua orientação votaram nos cinco anos (o Senador Alfredo Campos e os Deputados José Geraldo Ribeiro e Milton Reis, dos seis que têm assento na Comissão de Sistematização):

— Eles são meus amigos, comigo em mim e votaram com o Presidente.

## Jereissati defende eleições em todos os níveis em 88

FORTALEZA — O Governador Tasso Jereissati defendeu ontem a realização de eleições gerais em todos os níveis em 88, caso seja mantido pelo plenário da Constituinte o sistema parlamentarista de governo. Jereissati acha que manter eleições só para Presidente no próximo ano, sob o parlamentarismo, "é enganar o povo".

Deixou claro que é defensor do mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, mas ressaltou que a decisão da Comissão de Sistematização, que aprovou o mandato de quatro anos, "reflete a opinião pública do País". Jereissati manifestou-se contra qualquer tipo de pressão sobre o plenário da Assembleia Nacional Constituinte, no sentido de mudar o que já foi decidido pela Sistematização. O Governador do Ceará defende a ampla liberdade dos constituintes para decidir, soberanamente, sobre o novo texto constitucional.

Ele confessou que recebeu com naturalidade a decisão da Comissão de Sistematização, que reduziu o mandato do Presidente Sarney para quatro anos. Na sua opinião, a questão de mais um ou menos um ano de mandato do Presidente da República não é uma questão importante para ser discutida no atual momento de crise em que vive o País.

Tasso Jereissati, que vem conseguindo resultados positivos na administração do Ceará, o que lhe permite fa-

zer investimentos no Estado com recursos próprios, acha que todos os esforços da classe política e do Governo devem ser concentrados na solução da crise econômica, que tem base na inflação e, conseqüentemente, no aumento do custo de vida. Para ele, o primeiro passo para solucionar esse problema é reduzir o déficit público.

Jereissati segue amanhã para Brasília, onde terá audiência com o Presidente Sarney. Ontem à tarde, ele lançou no Cariri, no Sul do Ceará, o programa "Arrancada da Produção", que distribuirá seis mil toneladas de sementes aos agricultores da região, inclusive os quase 200 mil que atuam nas frentes de trabalho do programa de emergência. Jereissati prevê uma safra recorde de algodão no próximo ano (a safra dos últimos anos foi dizimada por pragas). O Governador acrescentou que "ninguém saiu perdendo ou ganhando no Governo", com a redução do mandato do Presidente, por entender que não se realizou uma eleição popular. Ele disse que só saí derrotado ou vitorioso quando se participa de uma eleição popular.

Por isso, fez questão de dizer que "se as regras do jogo forem mudadas, com parlamentarismo-já e eleições presidenciais em 88, acho que todos os eleitos em 86, inclusive os governadores, devem ser eleitos novamente no próximo ano".

# Assessor do Planalto diz que a partir de hoje é bom ler 'Diário'

BRASÍLIA — A advertência de que o eleitor dos quatro anos na Comissão de Sistematização seria considerado adversário político será confirmada na prática pelo Presidente José Sarney: segundo fontes do Governo, a partir de hoje é aconselhável a leitura atenta do "Diário Oficial", pois as mudanças administrativas já começaram a ser feitas e atingirão os beneficiados com cargos através de indicações políticas.

O Governo não aceita o termo "retaliação" e prefere defender a tese de que fica no Governo quem o apóia e segue a sua orientação, em todos os níveis. Um importante interlocutor e auxiliar do Presidente contou que a irritação maior é com o Senador José Richa (PMDB-PR), pois ela parte do Governo e também de parlamentares fiéis ao Presidente. Por essa razão, era tida como certa, ontem, à noite, a demissão do Presidente da Comissão de Financiamento da Produção (CPF), Ignácio Mammama Neto, considerado um sustentáculo do Senador no Governo.

— Nada será feito a curto prazo, mas a conta-gotas — garantiu um integrante do Governo.

A esse mesmo ritmo deverá obedecer a reforma ministerial que o Presidente José Sarney tentou recentemente e que acabou se transformando numa troca de ministros e pastas, pois o Governo ainda achava conveniente promover uma composição política.

— Agora, a frase vai valer: fica no Governo quem seguir a sua orientação — disse um Ministro.

De acordo com fonte segura, áreas do Governo estão agastadas com o respaldo político que a amizade pessoal o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, rende ao Senador. Segundo a fonte, Richa alardeia essa amizade, obtém dividendos políticos com ela, mas votou contra todas as posições do Governo. Ainda segundo o informante, parlamentares que votaram ontem a anistia aos militares o fizeram irritados porque entendem que, dessa votação, tam-

bém Richa obterá dividendos.

— Dá vontade de votar contra a fórmula que satisfaz às Forças Armadas — disse um parlamentar, na versão de uma fonte do Governo.

Formalmente, o Governo emprega outra retórica e não admite revanchismo. O Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, por exemplo, assegura que Sarney absorveu a derrota, pensa no plenário, mas, sobretudo, quer marchar com a vontade soberana da Constituinte e da sociedade brasileira. Essa opinião é sustentada também pelos Ministros da Administração, Aluizio Alves, e da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana.

Outro parlamentar que tem suas indicações políticas para cargos na mira do Palácio do Planalto é o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. Da mesma forma, o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, de acordo com fontes do Planalto, terá suas indicações na Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) riscadas.

# Brunini, amigo de Sandra e Dornelles, é demitido

As ameaças de demissão dos ocupantes de cargos de confiança indicados por constituintes favoráveis ao mandato de quatro anos, anunciadas há uma semana pelo então Porta-Voz Frota Neto, começaram a ser cumpridas ontem. O jornalista Raúl Brunini foi exonerado da Superintendência da Radiobrás no Rio, por suas ligações com os Deputados Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti, do PFL. Brunini foi informado, por telefone, pelo Presidente da Radiobrás, Antônio Martins, de que sua demissão não seria política.

Em seguida, ligou para o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, a quem está subordinado a Radiobrás, a fim de obter esclarecimentos. Antônio Carlos, segundo Brunini, confirmou que sua exoneração se deve à ligação com Dornelles e Sandra, que votaram favoravelmente aos quatro anos para Sarney.

— Eu disse ao Antônio Carlos, de quem sempre fui amigo, que estava decepcionado com o que havia acontecido. E ele me respondeu: "Decepcionado estou eu com os votos do Dornelles e da Sandra. Não tive outra alternativa senão demiti-lo".

Raúl Brunini assumiu a Superintendência da Radiobrás em abril de

1986, após ter sido indicado pela Executiva Regional do PFL, partido ao qual está filiado. Ex-udenista, foi Vereador, Deputado estadual e Secretário no Governo Carlos Lacerda, época em que trabalhou diretamente com Sandra Cavalcanti. Ontem, após deixar seu gabinete no 22º andar da Rádio Nacional, na Praça Mauá, Brunini estava desolado:

— Não foi a Sandra nem o Dornelles que me indicou, mas o PFL. Não poderia esperar uma represália desse tipo. Uma gratuidade, sem justificativa. Não entendo porque essa violência comigo. Sou amigo do Antônio Carlos e do Sarney, fomos colegas na UDN. Não podia esperar isto.

O Ministério das Comunicações confirmou, em Brasília, que o afastamento de Raúl Brunini foi decorrente de um fato político. Ele foi indicado para o cargo pelo Deputado e ex-Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles (PFL-RJ), que votou pelo mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney. O Ministro explicou que questões administrativas também contribuíram para o afastamento de Brunini, sem dar maiores detalhes.

A sessão da Sistematização foi in-

terrompida, às 17 horas, pelo Deputado Francisco Dornelles que denunciou a demissão de Brunini. Segundo o Deputado, a atitude foi um equívoco do Governo, já que Brunini, embora seu amigo pessoal, não fora indicado por ele, que à época sequer estava filiado ao PFL.

Sandra Cavalcanti também usou o microfone de apertes para protestar. Contou que Antônio Carlos Magalhães, ao confirmar as razões da demissão, dissera a Brunini que "vem muito mais por aí".

O Presidente da Comissão, Afonso Arinos (PFL-RJ), após tecer elogios ao jornalista e relatar a campanha do "Caminhão do Povo", em 1959, onde trabalharam juntos, apelou ao Governo para que reveja a medida.

Circulavam rumores em Brasília de que o Presidente da Casa da Moeda, Raúl de Oliveira, também seria demitido. Oliveira é amigo há longa data de Dornelles, a quem deve sua indicação para o cargo. Nos primeiros meses do Governo Moreira Franco, ocupou a Presidência da CEG, de onde saiu após ter-se desentendido com o Secretário de Indústria e Comércio, Vitorino Cabral. Ele não foi encontrado em sua residência ontem à noite.